

## **CP\_04\_GESBA/2025**

**AQUISIÇÃO DO SEGURO DE COLHEITAS COLETIVO PARA OS PRODUTORES DE  
BANANA DA MADEIRA DA RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – CAMPANHA 2025.**

### **PROGRAMA DO CONCURSO**

## **ÍNDICE**

### **SECÇÃO I- DISPOSIÇÕES GERAIS**

- Cláusula 1.ª Identificação do concurso
- Cláusula 2.ª Entidade Adjudicante
- Cláusula 3.ª Órgão que tomou a decisão de contratar
- Cláusula 4.ª Concorrentes
- Cláusula 5.ª Agrupamentos
- Cláusula 6.ª Critério de adjudicação
- Cláusula 7.ª Preço base (prémio do seguro)

### **SECÇÃO II PROPOSTAS**

- Cláusula 8.ª Apresentação das propostas
- Cláusula 9.ª Escolha de ajuste direto para formação de contratos de aquisição de serviços
- Cláusula 10.ª Fornecimento das peças do procedimento
- Cláusula 11.ª Esclarecimentos e erros e omissões das peças
- Cláusula 12.ª Proposta
- Cláusula 13.ª Propostas variantes
- Cláusula 14.ª Prazo de manutenção das propostas

### **SECÇÃO III ANÁLISE DE PROPOSTAS**

- Cláusula 15.ª Análise de propostas
- Cláusula 16.ª Esclarecimentos sobre as propostas

### **SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO**

- Cláusula 17.ª Notificação da decisão de adjudicação
- Cláusula 18.ª Documentos de habilitação
- Cláusula 19.ª Causas de não adjudicação

### **SECÇÃO V CAUÇÃO**

- Cláusula 20.ª Caução

### **SECÇÃO VI CONTRATO**

- Cláusula 21.ª Aceitação da minuta do contrato
- Cláusula 22.ª Notificação de ajustamento ao contrato
- Cláusula 23.ª Outorga do contrato

### **SECÇÃO VII DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Cláusula 24.ª Prazos
- Cláusula 25.ª Encargos
- Cláusula 26.ª Legislação aplicável

## **SECÇÃO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Identificação do concurso**

O presente concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, designado por CP\_04\_Gesba/2025, aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), visa a **aquisição do Seguro de Colheitas Coletivo para os Produtores de Banana da Madeira da RAM – Região Autónoma da Madeira – Campanha 2025.**, nos termos e condições estipulados no caderno de encargos.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda. (doravante designada por Gesba), com sede à Rua de São Martinho, n.º 21, São Martinho, 9000 -644 Funchal, Madeira, Portugal, Telefone 00351 291 70 1050, Faxe n.º 00351 291 701 059 e correio eletrónico [concursos@gesba.pt](mailto:concursos@gesba.pt), sendo a plataforma eletrónica de Contratação Pública utilizada a seguinte: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Gerência da Gesba, na reunião de 11/06/2025, consignada na ata n.º 24/2025 ao abrigo de poderes próprios, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Concorrentes**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, e que, quando legalmente exigido, cumpram as obrigações fiscais declarativas referidas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

#### **Critério de adjudicação**

1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em que será avaliado o preço, ou seja, o mais baixo preço decorrente da multiplicação da taxa constante nas propostas pelo capital estimado a assegurar.
2. Em caso de empate dar-se-á preferência à proposta que apresente o menor custo de emissão da apólice.
3. Se, ainda assim, subsistir a igualdade, proceder-se-á ao desempate através da realização de sorteio, a decorrer nos seguintes termos:
  - a) O sorteio será presencial e realizar-se-á na presença de um ou mais elementos do Júri, após o termo do prazo de audiência prévia ao relatório preliminar, nas instalações da Gesba, em São Martinho, em dia e hora a comunicar aos concorrentes;
  - b) Ordenação do Sorteio – mediante o lançamento de dados, sendo a ordenação definida pela pontuação máxima do lançamento, ou seja, o 1.º lugar no sorteio será ocupado pelo candidato que obtiver mais pontos no lançamento dos dados, sendo as restantes posições definidas de igual forma. Serão efetuados tantos lançamentos quantos forem necessários até se conseguir ordenar todos os candidatos;
  - c) Sorteio – Serão colocadas tantas bolas, quanto o número de candidatos empatados, uma das quais de cor preta. A retirada de bolas será efetuada respeitando a ordenação indicada na alínea anterior;

- d) Vencedor do sorteio – O primeiro concorrente que retire a bola preta será considerado vencedor do sorteio, sendo classificado em 1.º lugar na lista de ordenação final das propostas;
- e) As restantes posições serão ordenadas utilizando o método definido nas alíneas b) e c), respeitando a ordenação do sorteio;
- f) Os concorrentes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
- g) O(s) concorrente(s) que não possam comparecer ao sorteio podem solicitar a sua representação por uma testemunha a designar pela entidade adjudicante, devendo, para o efeito, remeter à Gesba uma declaração nesse sentido, até às 17h00 da véspera do dia do sorteio, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante;
- h) Os concorrentes que não compareçam nem queiram fazer-se representar nos termos da alínea precedente, ficarão posicionados nos seguintes termos:
  - Tratando-se de empate entre duas propostas, em que compareça apenas um dos concorrentes, este ficará imediatamente posicionado em primeiro lugar, ficando o concorrente que não compareceu posicionado em segundo lugar;
  - Tratando-se de empate entre três ou mais propostas, em que compareçam apenas alguns dos concorrentes, estes ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a realizar de acordo com o estipulado nas alíneas b) e c) supra, sendo os concorrentes ausentes representados por testemunha(s) a designar pela entidade adjudicante;
  - Caso não compareçam quaisquer concorrentes, os mesmos ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a decorrer de acordo com o estipulado nas alíneas b) e c) supra, a realizar por testemunha(s) a designar pela entidade adjudicante.
- i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Preço base (prémio do seguro)**

1. A taxa máxima que a entidade adjudicante se dispõe a pagar é de **3,15 %**.
2. O preço base global estimado é de **566 232,48 € (quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e trinta e dois euros, e quarenta e oito cêntimos)**, acrescido de encargos fiscais e parafiscais às taxas legais em vigor, e que corresponde ao produto da multiplicação da taxa descrita no

ponto 1, desta clausula pelo capital estimado a ser assegurado, por um período de 365 dias,apurado nos termos previstos no n.º 1 da Cláusula 11.ª do Caderno de Encargos.

## SECÇÃO II

### PROPOSTAS

#### Cláusula 8.ª

##### **Apresentação das propostas**

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas até às **17H00 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para o Jornal Oficial da União Europeia**, na plataforma eletrónica usada pela entidade adjudicante, [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), devendo ser respeitado o disposto no CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.  
**O computador utilizado pelos concorrentes deverá estar preparado com os requisitos mínimos disponíveis na plataforma eletrónica usada pela entidade adjudicante, [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), sob pena de exclusão da proposta por não observação das formalidades de apresentação das mesmas, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.**
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
  - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
  - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
3. **A proposta e os documentos/ficheiros que lhes associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma, nos termos dos artigos 54.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro.**  
**ATENÇÃO: Os documentos que integram as pastas compactadas, têm de ser individualmente assinados, nos moldes atrás referidos.**

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Escolha de ajuste direto para formação de contratos de aquisição de serviços**

1. Sem prejuízo no disposto no artigo 24º, do CCP, poderá adotar-se o ajuste direto nos termos do artigo 27º do CCP.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Fornecimento das peças do procedimento**

O programa do procedimento, o caderno de encargos e as informações sobre o presente concurso estão disponíveis na plataforma eletrónica indicada na cláusula anterior, para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Esclarecimentos e erros e omissões das peças**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do órgão competente pela decisão de contratar.
2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos durante o primeiro terço do prazo fixado na Cláusula 8.<sup>a</sup> do presente programa do procedimento.
3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados por escrito ao órgão competente pela decisão de contratar na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), utilizada pela entidade adjudicante.
4. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo órgão competente pela decisão de contratar, por escrito, na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), até ao fim do segundo terço do prazo fixado na cláusula 8.<sup>a</sup>.
5. No prazo referido no número 2, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.
6. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt).

### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

#### **Proposta**

2. Na proposta, o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

3. O concorrente deve apresentar proposta para a totalidade dos serviços objeto do concurso.
4. Na proposta, o concorrente deve ainda indicar/apresentar os seguintes elementos/documentos:
  - a) Referência do concurso;
  - b) Nome do concorrente;
  - c) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante;**
  - d) **Documento Europeu Único de Contratação Pública;**
  - e) **Documento que comprove os poderes de representação do concorrente, por quem assina a proposta;**
  - f) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
    - I. Taxa (indicar até à segunda casa decimal) a aplicar sobre o capital seguro para o cálculo do prémio;
    - II. Preço contratual total, decorrente da multiplicação da taxa indicada sobre o capital estimado a assegurar, e preferencialmente por extenso;  
  
Os pressupostos técnicos utilizados no cálculo do montante do prémio de seguro devem estar expressos de forma clara e compreensível nas propostas e nas condições particulares. Para a determinação do prémio final de seguro, a taxa a aplicar será sempre ao capital a assegurar aquando da submissão do termo de aceitação da candidatura no portal do IFAP, I.P.
  - g) Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência:
    - i. Custo da emissão de apólice, montante do imposto de selo e respetiva taxa, e montante e respetiva taxa devida à ANEPC.
  - h) Declaração indicando o(s) representante(s) do concorrente ou, em caso de agrupamento, o Representante Comum, incluindo endereço, telefone, fax e e-mail para efeitos de comunicações;
4. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.
6. A proposta deverá referir se o contrato será diretamente operado pelo concorrente ou se, ao invés, o será por outra empresa.



7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea c) do n.º 3 da presente cláusula deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
8. Todos os documentos solicitados na presente cláusula devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Propostas variantes**

1. Não é permitida a apresentação de propostas com variantes.
2. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do caderno de encargos.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de manutenção das propostas**

O prazo obrigatório de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte) dias, não prorrogáveis, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas, nos termos do artigo 65.º do CCP.

## **SECÇÃO III**

### **ANÁLISE DE PROPOSTAS**

### **Cláusula 15. <sup>a</sup>**

#### **Análise de propostas**

1. As propostas são analisadas considerando o critério de adjudicação.
2. As propostas serão excluídas nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), sendo todos os concorrentes notificados desse facto.

## **SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO**

### **Cláusula 17.ª**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto na cláusula que se segue;
  - b. Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito.
  - c. Prestar caução, quando aplicável.
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II-M ao presente programa e do qual faz parte integrante;

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP; **(Registos criminais de todos os gestores/administradores e da pessoa coletiva; certidão da segurança social; certidão das finanças);**
  - c) Cópia do registo na ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões);
  - d) Cópia da autorização pela ASF para o exercício da atividade de seguradora, corretor ou mediador de seguros, consoante for o caso, neste ramo de seguros, na RAM;
  - e) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou, alternativamente, o código de consulta à certidão de beneficiário efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto.
  - f) Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deverá apresentar o documento previsto no n.º 3 ou no n.º 4, consoante for o caso, do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro;
  - g) Documentos exigidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual **(Apenas para entidades com rendimentos gerados no território da RAM)**:
    - I. Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;
    - II. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
    - III. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
    - IV. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA.
  - h) **O adjudicatário que considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas na alínea precedente, deve apresentar declaração sob compromisso de honra (Anexo III – Modelo 3), subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação;**
  - i) Cópia da Certidão do Registo Comercial e de procuração, caso o contrato seja outorgado por procurador;
  - j) Identificação completa (através de cópia do B.I./C.C e indicação da residência da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato e qualidade em que intervém(êm).
2. A documentação suprarreferida deve ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato a autorização do contraente público fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.

3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa e ser assinados pelas entidades que os emitem.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Caso os documentos apresentados ao abrigo do presente ponto contenham irregularidades que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido o prazo não superior a 3 (três) dias para a supressão das mesmas.
6. Os adjudicatários ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos no número cujo acesso já tenha sido facultado através do Documento Europeu Único de Contratação Pública, e desde que os mesmos se encontrem válidos aquando da notificação da adjudicação.
7. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), utilizada pela Gesba.
8. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação nos termos do artigo 79.º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, caso ocorra, será notificada a todos os concorrentes.

### **SECÇÃO V CAUÇÃO**

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Caução**

1. No caso de o contrato a celebrar implicar o pagamento de um preço igual ou superior a EUR 500.000,00, para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, será exigida, nos termos dos artigos 88.º e 89.º, n.º 1 do CCP e do artigo 8.º-B, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, a prestação de uma caução no valor de 2% do preço contratual do seu período de vigência inicial, sem IVA.
2. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

3. A caução deverá ser prestada no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação.
4. A caução deverá ser prestada por qualquer modo previsto no artigo 90.º do CCP.
5. Caso a caução seja prestada mediante garantia bancária deverá ser adotado o modelo constante do Anexo IV ao presente programa de concurso e que dele faz parte integrante.
6. Poderá não ser exigida prestação de caução nas situações previstas no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## **SECÇÃO VI**

### **CONTRATO**

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Notificação de ajustamento ao contrato**

Caso se procedam a ajustamentos ao contrato e estes sejam aceites pelo adjudicatário, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas serão notificados desse facto.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Outorga do contrato**

O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

## **SECÇÃO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Prazos**

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Encargos**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente concurso e do adjudicatário a relativas à celebração do contrato, designadamente a prestação de caução.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.

## **ANEXOS**

## ANEXO I-M

### Modelo de declaração

(A que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação).

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ....(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referencia ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>3</sup>:
  - a) ...
  - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. 2 e 3 do artigo 57.º



membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar declaração que constitui Anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código, e do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura<sup>4</sup>].

---

<sup>4</sup> Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II-M

### Modelo de declaração

(A que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação).

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>5</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no Procedimento de [n.º] - [indicar designação ou referência do procedimento em acusa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>6</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço o sitio da Internet onde podem ser consultados<sup>7</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(8)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... (assinatura <sup>9</sup>)

---

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>9</sup> Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º

### **ANEXO III**

#### **Modelo 3**

“xxx, titular do CC n.º xxx, com morada xxx, na qualidade de gerente/representante da xxxxx com sede em xxx, capital social xxx, NIF xxx, matriculada na conservatória do registo comercial de xxx, declara que o adjudicatário do Concurso N.º \_\_\_\_\_, não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 23.º, 25.º e 26.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro.

Data:

Assinatura:

#### ANEXO IV – Garantia Bancária

##### **Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das obrigações do adjudicatário**

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

##### **Garantia bancária n.º \_\_\_\_ ou Seguro de caução – Apólice n.º ...**

Em nome e a pedido de ...(Identificação completa do adjudicatário), vem o(a) ...(Identificação completa da instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de ...(Identificação completa da entidade beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução<sup>1</sup>, até ao montante de ...euros, (extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do ...(identificar o procedimento) relativo à adjudicação correspondente a ...<sup>2</sup>, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs<sup>3</sup> ... do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ...%<sup>4</sup> do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros<sup>5</sup> garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (data)...

... (assinatura).

**As assinaturas da presente garantia bancária/seguro-caução devem ser devidamente reconhecidas por Notário (cf. artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 26/2004 de 04 de fevereiro) ou por Advogado ou Solicitador (cf. artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março conjugado com a Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho).**

<sup>1</sup> Eliminar o que não interessar.

<sup>2</sup> Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de locação de .../fornecimento de .../prestação de serviços de .../empreitada de ...).

<sup>3</sup> Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 do artigo 90.º do CCP. Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 do artigo 90.º do CCP.

<sup>4</sup> O valor da caução será de 2% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerado como “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do CCP e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M, de 10 de dezembro.

<sup>5</sup> Eliminar o que não interessa.